

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de abril/2017, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência abril/2017, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 11 de maio de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 5ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, verificar limites da PAI-2017 e dispor sobre Edital de credenciamento eletrônico de instituições financeiras.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Polisel, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início à reunião, avaliando dados econômico concluiu-se que na EUROPA de acordo com a agência Eurostat, a economia da zona do euro começou este ano com forte crescimento. No primeiro trimestre, em relação ao último de 2016, o PIB evoluiu 0,5% e 1,7% na comparação anual. O desemprego ficou em 9,5% em março, estável em relação à comparação anterior e no menor nível desde abril de 2009. Por sua vez, a inflação do consumidor na região subiu mais que o esperado em abril ao registrar 1,9% na base anual, praticamente atingindo a meta de 2% do Banco Central Europeu – BCE. Mesmo assim, em sua reunião no final de abril, o BCE decidiu continuar com a política expansionista ao manter em 0% a taxa básica de juros e em -0,4% a taxa de depósito para os bancos. No momento em que os investimentos privados atingem a maior taxa desde a crise financeira de 2008, foi importante a eleição de Macron para a presidência da França dado o seu posicionamento de centro e o seu comprometimento com a Europa unida. EUA: Conforme a primeira estimativa divulgada pelo Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 0,7%, o menor nível em três anos, depois do governo ter reduzido os gastos com defesa. O aumento esperado era de 1,2%. No entanto, o mercado de trabalho permaneceu robusto. Em abril foram criados 211 mil novos postos não agrícolas, quando a

expectativa era de 190 mil. Por seu turno, a taxa de desemprego recuou de 4,5% no mês anterior, para 4,4%, perto da mínima de 10 anos. Em sua reunião logo no início de maio, o banco central dos EUA, o FED, decidiu manter a taxa básica de juros entre 0,75% e 1%aa e considerou passageiro o fraco crescimento do PIB no primeiro trimestre. ÁSIA: Na China, a evolução do PIB no primeiro trimestre de 2017 superou a meta do governo, ao avançar 6,9%, o crescimento mais forte em seis trimestres. Foram responsáveis pelo desempenho os gastos mais elevados do governo em infraestrutura e um boom imobiliário que ajudou a produção industrial a ter o seu ritmo mais forte mais de 2 anos. Mesmo diante do resultado, o Banco Mundial manteve em 6,5% a sua previsão para o crescimento chinês neste ano. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL: No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,38% a.a. no final de março, terminaram abril com um rendimento de 2,36% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo cerca de 1,05% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento de 0,41%. Paralelamente, o dólar se desvalorizou 2,28% perante o euro e se valorizou 0,38% perante o yen, por exemplo. As bolsas internacionais tiveram novamente resultados mistos em abril. Se a bolsa alemã subiu 1,02% e a inglesa (FTSE 100) caiu 1,62%, por exemplo, a do Japão (Nikkei 225) subiu 1,52%, enquanto a americana (S&P 500) 0,91%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 2,32%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA: De acordo com o Banco Central, o IBC-Br de fevereiro, divulgado em abril, surpreendeu e teve alta de 1,31% na comparação com o mês anterior. No entanto, no acumulado de doze meses a atividade econômica encolheu 0,73%. Já em março, a produção industrial voltou a ter alta, com o crescimento de 1,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando as expectativas indicavam uma queda de 1%. Por sua vez, a taxa de desemprego aumentou para 13,7% no trimestre encerrado em março, conforme a Pnad Contínua. O contingente de desempregados atingiu 14,2 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 2.110,00 ficou maior em 2,5% que a recebida no mesmo período de 2016. SETOR PÚBLICO: Conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 11 bilhões em março. No ano registrou-se um superávit de R\$ 2,2 bilhões. Em doze meses o déficit acumulado alcançou R\$ 147,8 bilhões (2,34% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 432,2 bilhões (6,83% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 580 bilhões (9,17% do PIB), também em doze meses. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em janeiro R\$ 4,53 trilhões (71,6% do PIB). INFLAÇÃO: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de março para abril de 0,25% para 0,14% e registrou a menor taxa para o mês desde 1994. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,08% e no ano de 1,10%. As maiores altas de preços foram no grupo alimentação. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,08% em abril, após a elevação de 0,32% em março. Em doze meses a alta foi de 3,99% e no ano de 1,06%. JUROS: Conforme o mercado financeiro esperava, o Copom decidiu de forma unânime **reduzir a taxa Selic**

de 12,25% para **11,25% aa**, na sua reunião em abril. Esse foi o maior corte da taxa em quase 8 anos. Na ata depois divulgada, o colegiado deixou aberta a porta para a intensificação dos cortes dos juros nos próximos meses, com a inflação sob controle e a atividade econômica em recuperação. Entretanto, o andamento das reformas e os ajustes realizados são primordiais para garantir a queda da inflação e dos juros.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO: A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de março cotada em R\$ 3,1984, com uma valorização de 0,95% no mês, mas com uma desvalorização de 7,31% em doze meses. Em março, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 1,94 bilhão, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 20,6 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 7,1 bilhões no mês, as reservas internacionais terminaram fevereiro em US\$ 375,3 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 313,7 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em abril de 2017 um superávit de US\$ 7,10 bilhões, o maior superávit para o mês e acumula no ano um saldo de US\$ 21,38 bilhões, também recorde para o período. Já o fluxo cambial, que é o saldo de entrada e saída de moeda estrangeira do país, registrou em abril um superávit de US\$ 9,7 bilhões, o maior resultado desde abril de 2015. Conforme o Bacen, a maior influência foi o resultado da Balança Comercial e da conta financeira que foi superavitária em US\$ 2,3 bilhões.

RENDA FIXA: Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de fevereiro acabou sendo o do IDkA2 (IPCA), com alta de 0,92%, seguido do IRF-M 1, com alta de 0,87% e do CDI, com 0,79%. Em doze meses, o melhor desempenho foi o do IDkA 20A (IPCA) com 26,13%, seguido do IRF-M 1+ com alta de 19,19% e do IMA-B 5+ com alta de 18,67%.

RENDA VARIÁVEL: Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 0,64% e acumula no ano uma alta de 8,59% e de 21,32% em doze meses.

PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL: Passada a eleição presidencial na França, as atenções se voltam agora para a próxima reunião do BCE em junho, quando o programa de estímulos monetários poderá ser abreviado, bem como para a reunião do FED também em junho, quando nova alta da taxa básica de juros poderá ocorrer em consequência do mercado de trabalho aquecido, mesmo que os salários não venham exercendo pressões inflacionárias até agora. Também o desenrolar do governo Trump, nos EUA, atrai a atenção dos mercados internacionais.

MERCADO NACIONAL: Em um momento em que a economia do Brasil parece ter feito a curva para cima, segundo a diretora gerente do FMI, Christine Lagarde, torna-se crucial para o mercado financeiro a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, não só pelo efeito positivo que poderão representar para o mercado de trabalho e para as contas governamentais, como também pelo que irão representar no sentido do país retomar uma agenda positiva de crescimento e produtividade. Outro evento de importância será a reunião do Copom no próximo dia 31, em que nova redução dos juros é esperada. Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, tendo-se em vista o médio e longo prazos, a recomendação permanece em uma exposição de 50% nos vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total), 20% para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo

pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de abril/2017** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em abril/2017, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. **Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência abril/2017, descontas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 11 de maio de 2017), definir aplicação de valores a serem recebidos do pagamento da 5ª parcela do Parcelamento nº 00980-2016, autorizado pela Lei Municipal nº 1.027, de 23 de novembro de 2016, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.** Considerando que as despesas com folha de pagamento do Instituto de Previdência e demais despesas administrativas são pagas com resgate mensal do Fundo SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA, uma vez que o mesmo possui baixo nível de volatilidade e liquidez imediata e haja vista que os recursos do referido fundo não são suficientes para a cobertura das despesas dos próximos meses, foi decidido por unanimidade que os valores disponíveis para investimento serão nele aplicados, haja vista que está devidamente credenciado e possui rentabilidade acumulada muito próxima dos outros fundos IRFM 1 das instituições financeiras credenciadas. Interessante ressaltar também que os pagamentos das despesas são efetuados através do Banco Santander e que o resgate de valores de outras instituições financeiras gera custos com tarifas. Ressaltando também que para atender a PAI – 2017 há necessidade de redução dos fundos alocados no Artigo 7º, inciso I, Alínea “b”, como é o caso do fundo em referência, porém o valor a ser aplicado é pequeno e logo após será resgatado para pagamento de despesas do Instituto de Previdência. Com isso, os recursos oriundos do **recolhimento previdenciário da competência abril/2017, cujo vencimento se dará em 11/05/2017 e os valores a serem recebidos do pagamento da 5ª parcela do**

Parcelamento nº 00980-2016, serão aplicados no FUNDO SANTANDER IRFM 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA. Observou-se que os investimentos estão devidamente enquadrados perante os limites definidos pela Resolução 3.922/10, porém de acordo com a política de investimentos para o exercício de 2017, alguns limites encontram-se desenquadrados, e com isso consultas estão sendo realizadas visando adequar a carteira de investimentos conforme prevê a PAI-2107, porém com devida cautela, avaliando o atual cenário. Seguindo foi relatada a necessidade de renovação do credenciamento das instituições financeiras e por conta disso houve unanimidade em aderir ao sistema proposto pela Crédito & Mercado, onde foi aprovado o Edital de Credenciamento Eletrônico das instituições financeiras, o qual será encaminhado às instituições interessadas. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do Comitê se dará em 12 de junho de 2017, às 13h30min. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 10 de maio de 2017.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____
Rosângela Marisa Tezzon: _____
Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____
Osmar Games Martins: _____
Sílmara Porto Penariol: _____
Carlos César de Oliveira: _____
Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____
Isvaldir Lopes Veigas: _____
Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____
Rosângela Marisa Tezzon: _____
Célia Maria Bassi: _____